



ALPHA LEGIS



Sumário

| | | |
|-----|---|----|
| 1 | Introdução..... | 4 |
| 2 | Mais sobre a empresa..... | 5 |
| 2.1 | Mano Brow..... | 6 |
| 2.2 | Rafael de Oliveira..... | 7 |
| 2.3 | Gilberto Gil..... | 7 |
| 3 | Missão, Visão e Valores..... | 7 |
| 3.1 | Missão..... | 7 |
| 3.2 | Visão..... | 8 |
| 3.3 | Valores..... | 8 |
| 4 | Exemplos de Casos..... | 8 |
| 4.1 | caso Mârcio dos santos..... | 8 |
| 4.2 | Caso do Luiz Carlos..... | 9 |
| 4.3 | Caso do Glynn Simmons..... | 10 |
| 4.4 | Caso do William C. Ryan..... | 11 |
| 4.5 | Caso de Aline Johnson..... | 11 |
| 4.6 | Caso da Cyntoia Brown..... | 12 |
| 4.7 | Caso de Debra Milke..... | 12 |
| 5 | Legislação da Alpha legis..... | 13 |
| 5.1 | Alta Demanda por Serviços: | 14 |
| 5.2 | Burocracia na Contratação: | 14 |
| 5.3 | Mudanças nas Políticas Públicas: | 14 |
| 6 | LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)..... | 14 |
| 6.1 | ESTATUTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA..... | 15 |
| 6.2 | CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)..... | 15 |
| 6.3 | CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT)..... | 15 |

| | | |
|-----|--|----|
| 6.4 | LEI ANTICORRUPÇÃO..... | 15 |
| 6.5 | IMPOSTOS | 16 |
| 6.6 | NORMAS SANITÁRIAS E AMBIENTAIS | 16 |
| 6.7 | REGULAMENTAÇÃO SETORIAL..... | 16 |
| 7 | LEIS DE LICENCIAMENTO E FUNCIONAMENTO..... | 16 |
| 8 | conclusão..... | 17 |



Etec Prof. Adhemar Batista Heméritas
Técnico em Administração

Gustavo Aquino

Italo dos Santos

Larissa Faria

Lucas Ferreira

Revisão Criminal

Orientador: Douglas Ricardo Da Silva

São Paulo

2024

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terá o que colher.”

(Cora Coralina)

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Criminal review is a legal process aimed at a person accused of a crime who has had to review their sentence or conviction. In general, be aware that a person accredits an error or injustice during the process resulting from their conviction.

A criminal review may be requested based on new evidence, violations of fundamental rights, procedural errors, or findings of decisions that may be changed or resulting from the original judgment. The objective is to ensure that justice is done in due form and corrects possible judicial errors. Criminal review procedures vary depending on each country's legal system.

In the event of a criminal review for concession, the court may annul a conviction, order a new judgment or modify the sentence. If a revision for negative, an original condensation will be permanent with vigor.

TRADUÇÃO

Revisão criminal é um processo jurídico através do qual uma pessoa que foi condenada por um crime busca revisar sua sentença ou sua condenação. Geralmente, acontece quando a pessoa acredita que algum erro ou injustiça durante o processo que resultou na sua condenação. A revisão criminal pode ser solicitada com base em novas provas, violações de direitos fundamentais, erros processuais ou descobertas de fatos que poderiam ter mudado o resultado do julgamento original. O objetivo é garantir que a justiça seja feita e corrigir possíveis erros judiciais. Os procedimentos para revisão criminal variam de acordo com o sistema legal de cada país. Se uma revisão criminal for concedida, o tribunal pode decidir anular a condenação, ordenar um novo julgamento ou modificar a sentença. Se a revisão for negada, a condenação original permanecerá em vigor.

1 Introdução

A nossa empresa é sobre o “Alfa Legis”, uma empresa de advocacia de revisões criminais, o nosso objetivo da empresa é revisar casos criminais que estão em

condição penal com uma data de ordem muito longa, tendo o padrão de 30 a 45 anos, que já estão presas a muito tempo, sendo pessoas que estão presas injustamente, nossa empresa tem como objetivo de levar a justiça a todos. Revisamos esses casos, e analisamos todo o caso desde o início da ordem de prisão. Será uma empresa pública, conveniada pela prefeitura, mas para especificarmos melhor nosso projeto, iremos primeiro mostrar quais são os conceitos de revisão criminal.

Resumindo, a revisão criminal é uma ferramenta fundamental legal que busca garantir a justiça e corrigir erros em casos criminais que já foram julgados e encerrados. A aplicação da revisão criminal se aplica na sociedade e é fundamental por diversas razões: **Garantia da Justiça:** O sistema legal não é infalível e erros judiciais podem ocorrer. A revisão criminal oferece uma oportunidade de corrigir injustiças e garantir que as decisões judiciais sejam justas e precisas. **Proteção dos Direitos Individuais:** A revisão criminal protege os direitos fundamentais dos cidadãos, assegurando que ninguém seja condenado injustamente ou sofra penalidades desproporcionais. **Confiança no Sistema Legal:** Quando os cidadãos veem que há um mecanismo para corrigir erros judiciais, eles tendem a ter mais confiança no sistema legal. Isso é essencial para a manutenção da ordem e estabilidade social. **Dissuasão de Abusos de Poder:** A existência da revisão criminal atua como um freio aos abusos de poder por parte de autoridades judiciais ou do sistema legal em geral, incentivando o respeito pelos direitos individuais e a imparcialidade no julgamento. **Progresso Jurídico:** A revisão criminal contribui para o desenvolvimento do direito, ao permitir que os tribunais lidem com questões legais complexas e interpretações da lei que podem surgir ao longo do tempo. **Atenção à Justiça Restaurativa:** se concentra na reparação do dano causado pelo crime e na restauração das relações sociais. **Pressão da Opinião Pública:** Pressões da opinião pública podem levar a uma maior atenção aos casos que requerem revisão e a uma maior disposição por parte das autoridades judiciais para reconsiderar decisões passadas. **Reconhecimento da Diversidade e Complexidade dos Casos:** Na medida que a sociedade reconhece a diversidade e a complexidade dos casos criminais, há uma maior compreensão de que a justiça não é uma questão simples de "culpado" ou "inocente". E os **Avanços Tecnológicos** que proporciona novas ferramentas e métodos para pesquisa em investigações e análise de evidências.

2 Mais sobre a empresa

A nossa empresa é sobre o “Alfa Legis”, uma empresa de advocacia de revisões criminais, o nosso objetivo da empresa é revisar casos criminais que estão em condição penal com uma data de ordem muito longa, tendo o padrão de 30 a 45 anos, que já estão presas a muito tempo, sendo pessoas que estão presas injustamente, nossa empresa tem como objetivo de levar a justiça a todos. Revisamos esses casos, e analisamos todo o caso desde o início da ordem de prisão. Será uma empresa pública, conveniada pela prefeitura, mas para especificarmos melhor nosso projeto, iremos primeiro mostrar quais são os conceitos de revisão criminal.

Resumindo, a revisão criminal é uma ferramenta fundamental legal que busca garantir a justiça e corrigir erros em casos criminais que já foram julgados e encerrados. A aplicação da revisão criminal se aplica na sociedade e é fundamental

por diversas razões: **Garantia da Justiça:** O sistema legal não é infalível e erros judiciais podem ocorrer. A revisão criminal oferece uma oportunidade de corrigir injustiças e garantir que as decisões judiciais sejam justas e precisas. **Proteção dos Direitos Individuais:** A revisão criminal protege os direitos fundamentais dos cidadãos, assegurando que ninguém seja condenado injustamente ou sofra penalidades desproporcionais. **Confiança no Sistema Legal:** Quando os cidadãos veem que há um mecanismo para corrigir erros judiciais, eles tendem a ter mais confiança no sistema legal. Isso é essencial para a manutenção da ordem e estabilidade social. **Dissuasão de Abusos de Poder:** A existência da revisão criminal atua como um freio aos abusos de poder por parte de autoridades judiciais ou do sistema legal em geral, incentivando o respeito pelos direitos individuais e a imparcialidade no julgamento. **Progresso Jurídico:** A revisão criminal contribui para o desenvolvimento do direito, ao permitir que os tribunais lidem com questões legais complexas e interpretações da lei que podem surgir ao longo do tempo. **Atenção à Justiça Restaurativa:** se concentra na reparação do dano causado pelo crime e na restauração das relações sociais. **Pressão da Opinião Pública:** Pressões da opinião pública podem levar a uma maior atenção aos casos que requerem revisão e a uma maior disposição por parte das autoridades judiciais para reconsiderar decisões passadas. **Reconhecimento da Diversidade e Complexidade dos Casos:** Na medida que a sociedade reconhece a diversidade e a complexidade dos casos criminais, há uma maior compreensão de que a justiça não é uma questão simples de "culpado" ou "inocente". E os **Avanços Tecnológicos** que proporciona novas ferramentas e métodos para pesquisa em investigações e análise de evidências.

A Alpha Legis tem como principais funções: acessória jurídica, representação em processos judiciais, elaboração de pareceres, promoção de mediações e atuar como direitos humanos e assistência para comunidades carentes que são nossos alvos principais como cliente, visando garantir acesso à justiça e informar sobre direitos legais, tendo como gastos apenas a taxa de cadastro que se trata de R\$19,99, que a empresa usa para fornecer serviços solidários para os clientes que necessitam de cestas básicas e coisas do tipo. A empresa também tem como base financeira os seguintes patrocinadores:

2.1 Mano Brow

Mano Brown é um rapper, compositor e ativista brasileiro, conhecido por ser um dos fundadores do grupo de rap Racionais MC's, nascido em 1970, na zona sul da cidade, Brown cresceu em um ambiente marcado pela desigualdade social, o que influenciou profundamente sua música e suas letras. Com os Racionais MC's, ele abordou temas como racismo, violência e a realidade da periferia, ganhando notoriedade e respeito no cenário do hip hop nacional. Além de sua carreira musical, Mano Brown é um defensor dos direitos humanos e da luta contra a discriminação racial. Ao longo dos anos, ele também se aventurou em projetos solo e colaborou com diversos artistas, mantendo-se relevante na cena cultural brasileira. Sua trajetória é marcada por uma busca constante por justiça social e pela valorização da cultura negra.

2.2 Rafael de Oliveira

Rafael de Oliveira é um advogado brasileiro reconhecido por sua atuação em direitos humanos e justiça social. Formado em Direito, ele se destacou na defesa de vítimas de violência policial e em causas que buscam a proteção de grupos vulneráveis, como minorias étnicas e a população LGBTQIA+. Além de sua prática jurídica, Rafael é ativo em movimentos sociais e participa de debates sobre políticas públicas e direitos civis. Sua trajetória é marcada por um forte compromisso em promover a igualdade e a justiça, lutando contra a discriminação e a impunidade no Brasil. Ele tem contribuído significativamente para a conscientização sobre questões de direitos humanos em diversas plataformas.

2.3 Gilberto Gil

Gilberto Gil, nascido em 26 de junho de 1942, em Salvador, é um dos grandes nomes da música popular brasileira. Ele se destacou na década de 1960 como parte do movimento tropicalista, que misturava diversos gêneros musicais e influências culturais. Gil foi preso durante a ditadura militar, mas se exilou na Inglaterra, onde continuou sua carreira. Após retornar ao Brasil, lançou álbuns icônicos e se tornou uma figura respeitada. Além da música, foi Ministro da Cultura de 2003 a 2008 e é um defensor ativo dos direitos humanos e da diversidade cultural. Sua trajetória é marcada por uma combinação de inovação musical e compromisso social.

Esses são nossos patrocinadores que atuam como colabores dos nossos serviços e ajudam na sustentabilidade da empresa

3 Missão, Visão e Valores

3.1 Missão

A alpha legis é uma empresa que busca ajudar pessoas de baixa classe social, que não tem uma das melhores condições para contratar serviços judiciais

Recebemos e analisamos casos de pessoas que não tem condição de pagar por um serviço jurídico e revisamos casos de pessoas que tiveram o caso esquecido ou foram injustiçadas na intenção de ajudar para que o caso seja executado da forma devida

Sendo assim a alpha legis existe para servir de apoio com serviços de qualidade para as pessoas que necessitam de apoio jurídico

3.2 Visão

Manter se como referência para nossos clientes atuando nas comunidades e com os clientes de ambiente de baixa classe social prestando um ótimo serviço de qualidade e de segurança para os clientes

3.3 Valores

Fazer o máximo possível pelas pessoas necessitadas superando a desigualdade social que existem entre as pessoas que tem condições de contratar um serviço judicial e das que não tem oferecendo um trabalho completo e atuando da melhor forma possível em cima dos casos

4 Exemplos de Casos

A seguir....

Temos alguns exemplos de casos que ainda precisam de revisão criminal ou que foram presos injustamente:

4.1 caso Mârcio dos santos



Com 54 anos, Marcinho VP, cujo nome verdadeiro é Márcio dos Santos Nepomuceno, é um notório criminoso brasileiro e traficante de drogas nascido no Rio de Janeiro. Um dos líderes do Comando Vermelho, ele ganhou destaque por chefiar as bocas-de-fumo no Complexo do Alemão, e foi condenado por diversos crimes, incluindo homicídio qualificado e formação de quadrilha.

A prisão de Marcinho VP aconteceu em 1996, em Porto Alegre (RS). Desde então, ele foi transferido para diversos presídios de segurança máxima devido ao seu envolvimento em ataques no Rio de Janeiro, que, segundo as autoridades, eram comandados por ele e outros traficantes diretamente da cadeia.

Uma das acusações mais sérias contra Marcinho VP é a suspeita de ter ordenado a morte de Márcio Amaro de Oliveira, também conhecido como Amaro VP, líder do tráfico na favela Santa Marta, em Botafogo, zona sul do Rio.

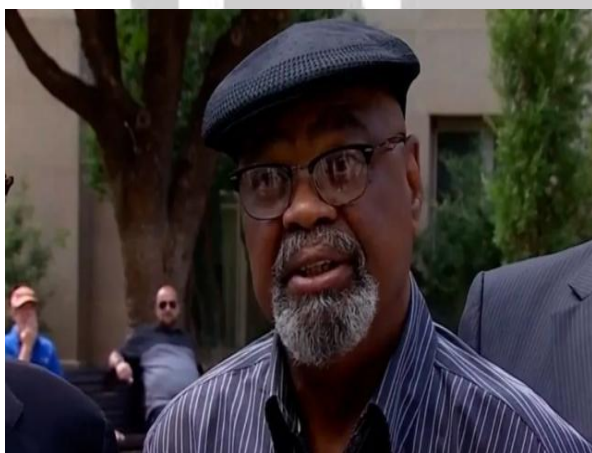
4.2 Caso do Luiz Carlos



Outro episódio de grande repercussão foi o do violoncelista Luiz Carlos Justino, preso em setembro de 2020 por um

assalto à mão armada ocorrido em 2017 — que ele não cometeu. A vítima o teria reconhecido a partir de uma fotografia. Após ficar cinco dias na cadeia, o jovem foi libertado sob forte comoção de amigos e parentes. Mas a absolvição pela Justiça só veio em junho do ano passado. Ainda que em situações diferentes, já que havia um mandado de prisão contra o músico, Yago também foi detido. Luiz Carlos acredita que o racismo está por trás dos três casos.

4.3 Caso do Glynn Simmons



Após 48 anos na prisão, homem é libertado nos EUA por ter sido condenado injustamente. Glynn Simmons tinha 22 anos quando ele e um corréu, Don Roberts, foram condenados e sentenciados à morte em 1975.

As punições foram posteriormente reduzidas para prisão perpétua devido às decisões da Suprema Corte dos EUA sobre a pena capital.

Simmons manteve a afirmação de inocência, dizendo que ele estava em seu Estado natal, Louisiana, no momento do crime.

Ele sorriu quando o tribunal declarou sua inocência na terça-feira (19/12). Vestido com um suéter cinza e de fala mansa, Simmons disse mais tarde aos repórteres que estava esperando por esse momento há "muito, muito tempo".

"O que foi feito não pode ser desfeito, mas pode haver uma responsabilização", declarou ele.

Um tribunal distrital havia anulado a sentença em julho, após concluir que os promotores de acusação não tinham compartilhado todas as provas com os advogados de defesa, incluindo o fato de uma testemunha ter identificado outros suspeitos.

Simmons e Roberts foram condenados em parte devido ao depoimento de um adolescente que levou um tiro na nuca, mas sobreviveu.

O jovem sugeriu o envolvimento de vários outros homens durante as investigações policiais e mais tarde contradisse alguns dos depoimentos, apontou o Registro Nacional de Isenções, projeto que busca rever decisões judiciais com problemas.

Roberts ganhou liberdade condicional em 2008.

4.4 Caso do William C. Ryan



William C. Ryan foi um homem que passou mais de 20 anos na prisão por um crime que não cometeu. Ele foi condenado em 1987 pelo assassinato de sua ex-noiva, Darlene Toler, em Pittsburgh, Pensilvânia. A principal evidência contra ele foi o testemunho de uma testemunha ocular, que mais tarde se retratou, dizendo que foi pressionada pela polícia a incriminá-lo. Além disso, a defesa de Ryan argumentou que várias evidências cruciais foram ignoradas durante o julgamento, incluindo provas de que ele estava em outro lugar no momento do assassinato. Após décadas de esforços da sua família e da Inocente Project, que trabalha para exonerar pessoas injustamente condenadas, Ryan foi finalmente libertado em 2009, quando testes de DNA revelaram que ele não era o culpado. Este caso destaca as falhas do sistema judicial e o impacto devastador que uma condenação injusta pode ter na vida de uma pessoa.

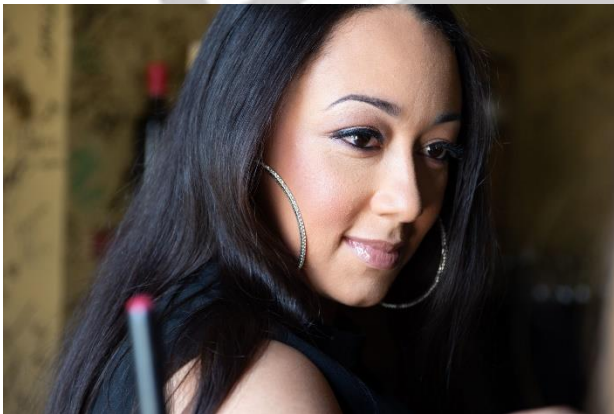
4.5 Caso de Alice Johnson



Alice Johnson foi condenada à prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional em 1996 por acusações relacionadas ao tráfico de drogas. Sua história chamou a atenção nacional em 2018, quando Kim Kardashian West fez um

apelo pessoal ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pedindo clemência para Johnson. Em resposta, Trump comutou sua sentença em junho de 2018, permitindo sua libertação. Alice Johnson é uma defensora da reforma da justiça criminal conhecida por sua própria experiência com o sistema de justiça criminal. Ela ganhou ampla atenção quando Kim Kardashian West defendeu sua libertação da prisão, onde cumpria pena de prisão perpétua por delito não violento de drogas. O caso de Johnson destacou questões de disparidades nas sentenças e gerou discussões sobre sentenças mínimas obrigatórias e reforma penitenciária nos Estados Unidos.

4.6 Caso da Cyntoia Brown



Cyntoia Brown foi condenada por homicídio em primeiro grau e roubo aos 16 anos, em 2004, por matar um homem que a havia comprado para fins sexuais.

Brown alegou que agiu em legítima defesa devido ao temor de ser morta. Sua história recebeu atenção global, com muitos defendendo sua libertação, argumentando que ela era uma vítima de tráfico sexual e violência. Em 2019, após uma campanha de longa data, Brown foi comutada pelo então governador do Tennessee, Bill Haslam, e foi libertada da prisão.

4.7 Caso de Debra Milke



Debra Milke foi condenada à morte em 1990 por supostamente conspirar para assassinar seu filho de 4 anos. No entanto, em 2013, sua

condenação foi anulada devido a evidências de má conduta por parte dos promotores, incluindo a supressão de evidências que teriam beneficiado sua defesa. Milke foi posteriormente libertada da prisão em 2013 após passar 22 anos no corredor da morte.

5 Legislação da Alpha legis

As normas da empresa asseguram que os seus colaboradores saberão como devem se comportar e o que devem esperar do local em que trabalham.

Justamente por isso é fundamental que elas sejam preparadas com cuidado, para que não existam desentendimentos.

Então, para ajudar você a como criar essas normas da empresa, preparamos esse As normas da empresa são um conjunto de regras internas do seu negócio que devem ser seguidas por seus colaboradores.

Cabe ao gestor da empresa estabelecer quais são essas normas, incluindo nelas tanto os direitos, como as obrigações de todos os colaboradores de todos os níveis hierárquicos.

Ressaltamos também que as normas da empresa precisam estar de acordo com a Lei e todas as determinações da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

artigo completo com um passo a passo prático.

5.1 Alta Demanda por Serviços:

Quando a demanda por serviços jurídicos aumenta, os advogados podem ficar sobrecarregados, levando a atrasos na resolução de casos e prejudicando a qualidade do atendimento.

em situações em que há muitos casos urgentes, pode ser difícil priorizar adequadamente quais processos devem ser tratados primeiro, resultando em insatisfação dos clientes.

5.2 Burocracia na Contratação:

A contratação de novos advogados ou funcionários muitas vezes requer uma série de etapas burocráticas, como concursos públicos, que podem levar meses ou até anos para serem concluídos, então a dificuldade em contratar rapidamente pode levar à perda de talentos para o setor privado.

5.3 Mudanças nas Políticas Públicas:

Alterações nas leis ou políticas governamentais exigem que a empresa se adapte para continuar oferecendo serviços relevantes. Isso pode envolver treinamentos e atualizações constantes.

Por tanto essas mudanças frequentes podem criar um ambiente instável para os advogados, que precisam se manter atualizados sobre novas legislações e jurisprudências.

Tudo isso faz parte da legislação da nossa empresa, sendo assim, separamos algumas leis importantes que é de nossa obrigação sempre lembrar e seguir rigorosamente:

6 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Lei nº 13.709/2018, LGPD entrou em vigor no Brasil para garantir a proteção dos dados pessoais dos cidadãos.

Como empreendedor, é vital compreender como coletar, armazenar e utilizar informações pessoais. A não conformidade com a LGPD pode resultar em penalidades significativas, destacando a importância de uma abordagem ética e transparente no manuseio de dados.

6.1 ESTATUTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

O Estatuto da Micro e Pequena Empresa oferece vantagens e simplificações tributárias para negócios de menor porte.

Ao entender as nuances deste estatuto, os empreendedores podem aproveitar benefícios fiscais, como o Simples Nacional, e cumprir com as obrigações legais de maneira mais acessível.

6.2 CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, (CDC) é uma bússola essencial para qualquer empreendedor. Ele define os direitos e deveres tanto do consumidor quanto do fornecedor.

Conhecer essas leis e normas é fundamental para garantir uma relação saudável e justa com os clientes, evitando conflitos legais que podem prejudicar a reputação do negócio.

6.3 CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT)

Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, CLT estabelece os direitos trabalhistas e as responsabilidades dos empregadores.

Descobrir essas leis e normas é muito importante para garantir relações de trabalho justas, cumprindo com obrigações legais e construindo um ambiente profissional saudável.

6.4 LEI ANTICORRUPÇÃO

Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, é a lei Anticorrupção visa combater práticas corruptas no ambiente empresarial.

Empreendedores precisam implementar práticas éticas, desde treinamentos de funcionários até controles internos, para evitar sanções e manter a integridade nos negócios.

6.5 IMPOSTOS

LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966. O sistema tributário brasileiro é conhecido por sua complexidade.

Conhecer as normas fiscais, como o enquadramento tributário adequado e as obrigações acessórias, é essencial para evitar surpresas desagradáveis e otimizar a carga tributária.

6.6 NORMAS SANITÁRIAS E AMBIENTAIS

Normas sanitárias regem a produção e comercialização de alimentos. Desde a manipulação correta até o armazenamento adequado, seguir as regulamentações sanitárias não apenas evita multas, mas também assegura a segurança alimentar dos consumidores.

6.7 REGULAMENTAÇÃO SETORIAL

O setor de alimentação possui regulamentações específicas, como as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para restaurantes, lanchonetes e similares.

Conhecer essas regras garante que seu estabelecimento esteja em conformidade.

7 LEIS DE LICENCIAMENTO E FUNCIONAMENTO

Cada município pode ter suas próprias regras de licenciamento e funcionamento para estabelecimentos alimentícios.

Certifique-se de conhecer as exigências locais para evitar problemas com a fiscalização municipal.

Ao abraçar o conhecimento dessas regulamentações, os empreendedores podem construir negócios sólidos e éticos.

Lembre-se, o sucesso nos negócios é uma combinação de visão empreendedora e respeito pelas regras do jogo.

8 Conclusão

Bom, e para concluirmos o trabalho inteiro, queremos deixar claro que nossa intenção tem um público alvo, e o nosso público alvo são pessoas de periferia, pessoas que tem baixa renda e pagaram apenas 19,99, que terá o retorno em cestas básicas para as famílias.

E devemos ressaltar que a revisão criminal é uma ação de impugnação autônoma e sui generis, cujo fim é a desconstituição de uma sentença ou decisão transitada em julgado prejudicial ao condenado, então teremos acesso aos melhores profissionais para ajudar a todos, todos que realmente estão precisando.

Muitos vão pensar “O objetivo então é por bandido na rua?” E eu digo que não, o nosso objetivo é trazer de novo a esperança para o coração dos brasileiros, é mostrar para eles que não estão sozinhos e que todos tem direito a defesa, que acreditamos que podem sim ser inocentes, e é por isso que também teremos uma psicóloga na empresa para todos que tiveram sua vida drasticamente afetada, que não se encontrem mais como pessoas, que precisam realmente de ajuda.

Claro que vai ter pessoas que vão tentar fingir isso, e para que nenhuma fraude aconteça, iremos checar todos os dados possíveis, comprovante de residência, histórico escolar, ficha do preso, ordem de prisão, quando foi, quanto tempo a pessoa está cumprindo a pena o motivo da ordem de prisão e da pena e etc.

O preso terá que ter no mínimo 10 anos preso, e sua sentença terá que ser de no mínimo 30 anos, menos que isso nós não atuaremos no caso, isso já será deixado bem claro quando a família e/ou parentes forem preencher a ficha.

Fontes: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/de15452.htm

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia>

<https://rockcontent.com/br/blog/site-de-busca/>

<https://br.search.yahoo.com/>

<https://www.searchencrypt.com/>

<https://terradedireitos.org.br/>

Agradecimentos: Primeiramente queremos agradecer ao professor Bruno, que iniciou o trabalho de conclusão de curso (TCC), nos ensinou muitas coisas fundamentais pra fazer o trabalho que levaremos pra vida. Logo em seguida agradecemos ao professor Douglas que nos deu direção para continuarmos o trabalho, que foi nosso professor e nosso amigo, que não nos deixou sozinhos, teve paciência para nos ensinar tudo que sabemos, e pode ter certeza que não esqueceremos nunca dele. Queremos agradecer a todos da sala por ter nos escutado nos ensaios e nos ajudados com dicas e pontos importante, foi um ciclo que se encerrou, mas que irá nos marcar pra sempre. Obrigado 3 ano tec, obrigado Aroldo, Obrigado ETEC Adhemar Batista Heméritas. E Obrigado a todos pela a atenção.

